

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ALUNO COM SURDEZ

Iago da Silva ZANONI¹

Profa. Esp. Rosângela Aparecida Araújo FERREIRA²

RESUMO

A Educação Física está em constante evolução e a inclusão de alunos surdos ou com algum tipo de deficiência auditiva na sala de ensino regular, sem dúvida é um excelente exemplo de como a disciplina tem evoluído quando o assunto é inclusão. O estudo a ser apresentado tem como objetivo mostrar como alunos com surdez ou algum tipo de deficiência auditiva podem participar normalmente de qualquer aula prática escolar sem que haja qualquer tipo de impedimento ou constrangimento para o professor e principalmente para o aluno. Pretende-se também através desta pesquisa identificar os principais problemas encontrados pelos professores ao ministrarem uma aula prática para alunos surdos e apresentar formas e métodos para que apliquem sempre uma aula de qualidade e igualitária. Dessa forma, o estudo será baseado em pesquisa bibliográfica, refletindo sobre as questões de relevância em relação aos alunos com surdez e as práticas de Educação Física no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Educação física; Surdez; Inclusão.

1. Introdução

A educação inclusiva nos dias atuais é um assunto discutido mundialmente na intenção de diminuir cada vez mais em nossa sociedade discriminação, desigualdade, preconceito e com isso intensificar a qualidade do ensino não só visando a alfabetização, mas também o cognitivo, psicomotor, afetivo para que todas as crianças envolvidas dentro de um ambiente escolar, cresçam e se desenvolvam de uma maneira justa e saudável aptas a enfrentarem os problemas da nossa sociedade e exercerem seus direitos e deveres como cidadãos comuns. Em se tratando de surdez, cada vez mais os docentes licenciados em Educação Física, atuantes em escolas e instituições de ensino encontram problemas ao ministrarem aulas para alunos surdos ou com algum tipo de deficiência auditiva, frequentemente por falta de preparo ou até mesmo por desconhecimento, resultando com isso, mesmo que de forma indireta, a exclusão do aluno na aula por se tratar de uma Lei consideravelmente nova, se comparada a Constituição de 1988 "destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a

¹ Pós-graduando em Libras - Departamento de Pós-Graduação - FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré - 18700-902 - Avaré-SP - Brasil - _naikeke69@gmail.com

² Professora Especialista em Língua Brasileira de Sinais - Docente - FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré - 18700-902 - Avaré-SP - Brasil - roaferreira@hotmail.com

liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988) há apenas 13 anos a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é obrigatória nos cursos de licenciatura ,segundo Lei nº10.436 de 24 de Abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Decreto nº5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei.

Dispõe em um dos seus artigos.

Art 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente. (BRASIL, 2002)

A partir dessa obrigatoriedade, graduandos dos referidos cursos e principalmente dos cursos de licenciatura iniciaram o aprendizado em Libras e com isso uma nova maneira de se comunicar. Fato este que, infelizmente aponta que diversos possíveis alunos surdos ou com algum tipo de deficiência auditiva que antecederam essa Lei, tiveram suas vidas acadêmicas prejudicadas.

Quando nos referimos a disciplina Educação Física escolar deve-se além de pensar nos aspectos esportivos e de rendimento também atentar-se a formação do indivíduo, evidenciar que tanto o seu desenvolvimento cognitivo quanto motor independe de sua capacidade de audição, ou seja, se lhe forem concedidos a mesma prática e a mesma estratégia proposta a todos.

Portanto, compreende-se que a educação escolar deve proporcionar a todos os indivíduos o desenvolvimento social, cognitivo, psicológico e afetivo, de maneira integral, preparando os indivíduos para exercerem suas capacidades e funções de modo pleno na sociedade (ALVES, 2013, *apud*. VITALIANO, 2012, P. 193).

Sendo assim, o objetivo do estudo é apresentar aos professores de Educação Física métodos de como ministrar uma aula prática com alunos surdos, ouvintes ou com algum tipo de deficiência auditiva. Desta forma, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica.

2. Língua de Sinais

Em toda a sua história a Língua de Sinais assim como seus praticantes, sejam eles ouvintes ou não, sofrem com o preconceito dos paradigmas impostos pela sociedade que a julga como “mímica”, ou um “código secreto usado pelos surdos”, dentre outras crenças que foram criadas pelos ouvintes e leigos sobre o assunto, considerando ainda que não seria uma língua oficial.

A língua de sinais é uma forma natural de comunicação que evoluiu como parte de um grupo cultural, o povo surdo, ao longo dos tempos. Natural como a língua de cada país e não artificial como muitos acreditam, artificial seria tudo aquilo que é criado por um determinado grupo de indivíduos com um propósito, cita-se como exemplo dentro do âmbito da língua de sinais o "gestuno", uma língua considerada artificial, pois, foi criada no intuito de estabelecer uma comunicação internacional entre deficientes auditivos e surdos de todo mundo, já que cada país possui sua língua oficial de sinais. Apresentada pela primeira vez no Congresso Mundial na Federação Mundial dos Surdos em 1951 não é considerada uma língua oficial pela comunidade surda, pois, foi criada e adaptada e por sua vez não possui gramática própria. (CHOI et al, 2011).

A língua oral a partir do seu meio de comunicação, expressa entonações, velocidade, ritmo, sotaque, hesitações, entre outros. A língua de sinais, assim como a língua oral possui gramática própria e através das expressões faciais, movimento da cabeça, sobrancelhas, olhos, boca são elementos gramaticais que compõe a estrutura da língua. São também similares em seu nível estrutural, formadas a partir de unidades simples que quando combinadas formam unidades complexas como palavras e frases (GESSER, 2009).

A constatação que existiu durante muito tempo acerca da língua de sinais ser considerada mímica ainda é algo muito presente em nossa sociedade, a mímica propriamente dita, leva muito mais tempo para ser transmitida de um indivíduo para o outro, pois, ele precisa transmitir através de gestos corporais a imagem mais clara possível daquilo que ele deseja transmitir enquanto, além do fato de que a mímica não pode ser considerada como língua. Em libras a objetividade dos sinais é eficaz, podendo transmitir palavras, formar frases com poucos sinais.

O alfabeto manual também é outro ponto que invoca discussão entre leigos no assunto que acreditam que a língua de sinais limita-se ao seu alfabeto. A datilogia, nome dado ao ato de soletração através do alfabeto manual é utilizado por pessoas com surdez em determinadas situações, importante destacar que a datilogia não substitui os sinais, que possui léxico próprio.

3. História da Educação dos surdos no Brasil

A história da educação dos surdos no Brasil teve seu início em 1855, no Império de Dom Pedro II. Recente se comparadas aos primeiros registros de educação ao povo surdo que ocorreu no final da Idade Média e Idade Moderna por volta do século XVI na Europa, onde o monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) fundou em Madrid, Espanha a Escola para Surdos. Trazido por Dom Pedro II, o professor francês surdo Hernest Huet fora trazido pelo Império brasileiro no intuito de iniciar um trabalho

com surdos. Baseado no próprio método francês de ensino, muito utilizado no desenvolvimento da Libras (Língua Brasileira de Sinais), a utilização da língua de sinais e a escrita eram as mais priorizadas enquanto a leitura labial e a fala eram voltadas apenas para alunos que apresentavam certas facilidades e aptidões para desenvolver a linguagem oral. (DINIZ,2010)

Outro fato histórico importantíssimo quando nos referimos a educação dos surdos não só no Brasil, mas em todo mundo foi o Congresso de Milão que ocorreu em 06 de Setembro de 1880 na cidade de Milão, Itália. Contendo educadores de surdos e deficientes auditivos de diversas partes do mundo, sendo 74% ouvintes, principalmente da Europa foi apresentado ao mundo o movimento chamado oralismo, que determinou a proibição do método da linguagem de sinais como forma de educar os surdos e deficientes auditivos da época priorizando a fala como método a ser ensinado, no intuito de abranger a fala e oralismo total dos surdos para que levassem uma vida considerada normal pela sociedade (DINIZ, 2010). Segundo WRIGLEY (1996) O oralismo tanto é uma ideologia quanto um método. A língua de sinais é uma forma natural de comunicação de uma determinada classe social detentora da sua própria cultura e inibir a prática da língua de sinais fez com que os surdos adquirissem uma fala não satisfatória para a sociedade, o nível de educação caiu significativamente justamente por não ser a forma natural de aprendizado dos alunos surdos, diferente dos alunos ouvintes que são estimulados a falar já nos primeiros meses de vida, ou seja, o oralismo acabou trazendo mais malefícios do que benefícios para a comunidade surda da época.

Esse movimento de construção da pessoa com surdez oralizada obrigatoriamente, durou quase cem anos, até a chegada do movimento denominado Comunicação Total, que tinha a intenção de minimizar os legados não satisfatórios deixados pelo oralismo. Segundo Capovilla (2002), a comunicação total é o uso de todos os meios (fala, sinais, sistemas artificiais) que possam facilitar a comunicação, ou seja, a intenção da comunicação total era de tornar a fala mais visual para os surdos e deficientes auditivos, para que assim o desempenho tanto na leitura como na escrita fosse melhor.

A sociedade, através do método da comunicação total, passa a acreditar que a educação de um surdo e de um ouvinte não daria certo se fosse praticada da mesma maneira e com ressalvas aceita um pouco mais a língua de sinais, como um auxiliar essencial na educação dos surdos. Por se tratar de um método em que a sinalização era extremamente presente, apesar da língua de sinais ser utilizada erroneamente, a interação dos alunos em sala de aula, em suas famílias, na sociedade foi evidente, mas, da mesma forma, como no oralismo, por não se tratar de uma forma natural de comunicação do povo surdo e por não atender a gramática própria da

língua de sinais, a educação dos surdos ainda teve fracasso no seu desenvolvimento, passando a desenvolver um novo método, o bilinguismo.(DINIZ, 2010)

O método bilíngue, procura tornar o mais acessível possível o aprendizado de duas línguas, a primeira sendo a língua de sinais e a segunda a língua oficial de cada país, no caso do Brasil. Conforme Quadros (1997), o bilinguismo é uma proposta de ensino utilizada por escolas que se propõem a tornar acessível a criança surda duas línguas no contexto escolar. Diferente de todos os métodos que foram citados anteriormente, o bilinguismo se difere, como método ideal para a educação de surdos, por priorizar a cultura natural das suas comunidades, por estar presente em toda história do povo surdo. A língua de sinais se mostra a forma mais eficaz de alfabetização e não menos importante, mas de uma forma mais sistemática e gradativa, a leitura e a escrita também fazem parte da alfabetização não sendo prioridades como em outros métodos. GOLDFELD (2002, p.33) "Os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua própria, ou seja, é necessário compreender suas particularidades, sua forma singular de pensar, de aprender o mundo e agir".

Atualmente, passados anos de estudos, a educação dos surdos e deficientes auditivos no Brasil é observada mais atentamente, em vários aspectos. Hoje, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, inclui Libras como disciplina curricular em níveis de Ensino Superior e garante ao aluno com surdez, matriculado em qualquer Rede Estadual ou Municipal de ensino, o direito a um intérprete em Libras para o entendimento do conteúdo escolar. (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005) Também amparado legalmente, sob a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 é reconhecido a profissão de Intérprete em Libras em todo território nacional. Dentre muitos outros direitos não só voltados para a área da educação, adquiridos pela comunidade surda com muita luta ao passar dos anos. (BRASIL, 2010)

4. Educação Inclusiva na Escola

O termo inclusão está muito mais presente em nosso cotidiano se comparar aos séculos ou até mesmo décadas passadas. Antigamente, não só a surdez, mas todo e qualquer tipo de deficiência, fosse ela física ou intelectual, o que não era considerado "normal" pela sociedade ou pela igreja, era repugnado, era taxado como bruxaria, um castigo de Deus e a morte era o seu destino final. "Quem não tem competência não se estabelece". Isto é, não há uma teorização, uma busca por causas, havia simplesmente uma espécie de seleção natural: os mais fortes sobrevivem". (BIANCHETTI e FREIRE, 2002, p.28).

Atualmente, a deficiência, independente de qual seja, não é mais vista como um mal a ser curado pela sociedade, as pessoas com deficiência contam com direitos assegurados por leis e o apoio de grupos e instituições das mesmas e em relação específica a pessoa com surdez vale ressaltar a importância da preservação da identidade surda. Para Perlin as identidades surdas,

[...] estão presentes no grupo onde entram os surdos que fazem uso com experiência visual propriamente dita. Noto nesses surdos formas muito diversificadas de usar a comunicação visual. No entanto, o uso da comunicação visual caracteriza o grupo levando para o centro do específico surdo. [...] Este tipo de identidade surda recria a cultura visual, reclamando à história a alteridade surda. (PERLIN, 1998, p. 62-63)

Quando nos referimos à inclusão nas escolas, e em se tratando de alunos surdos, as instituições de ensino tem a obrigação em oferecer a todos um espaço democrático e competente, onde se possa trabalhar com todos os tipos de alunos, sem distinções, baseando-se sempre no princípio do respeito a diversidade. Assegurados pela Constituição, que estabelece diversas leis sobre a inclusão nas Redes de Ensino como, a Lei nº 9.394 que, estabelece diretrizes e bases da educação nacional, procurando trazer a garantia de “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Citando também o Art. 59, parágrafo III que determina, “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (BRASIL, 1996)

E mesmo diante de leis que asseguram a inclusão, principalmente no âmbito escolar, como a especialização de professores e adequação de espaços físicos acessíveis, nos deparamos com a falta de formação continuada para as reais práticas educativas. A respeito disso NÓVOA cita, “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”. (1995, p. 25)

Enfatizando que, partimos do ponto de que, a educação é um direito de “todos”, independentemente de cor, raça, religião, necessidades educacionais especiais, entre tantas outras diversidades que se encontram no ambiente escolar, mostra-se a necessidade da escola reinventar-se, possibilitando a construção de mudanças necessárias para uma nova prática de ensino, que englobe inclusive os alunos com deficiências. Meireu a respeito disso afirma, “a Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos. Sem nenhuma reserva”. (2005, p. 44)

Com isso refletimos que, seria necessária uma política educacional inclusiva verdadeiramente eficaz, que fundamentalmente compreendesse a especificidade do aluno com deficiência, no caso do aluno com surdez, que fosse respeitado seu direito linguístico no espaço escolar, para que com base nas suas singularidades, esse aluno tivesse as mesmas condições de aprendizagem que os demais.

5. Importância da Educação Física escolar para alunos com surdez

Antes de fazer parte das grades curriculares de instituições e escolas a disciplina de Educação Física era vista apenas como forma de treinamento tanto para atletas como também para formação de soldados, treinamento de homens para servir seu país militarmente. Mas a educação física escolar por não priorizar nenhum tipo de rendimento esportivo, técnica pela técnica, exclusão dos menos habilidosos mudou esse conceito e se tornou uma importante arma de inclusão social, por priorizar principalmente a formação cidadã, saúde e qualidade de vidas dos alunos.

A educação física deve assumir responsabilidades de formar um cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal de movimento...A educação física enquanto componente curricular da educação básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la. (BETTI&ZULIANI, 2002 P. 75)

Diante da realidade atual da educação, observamos que, uma série de fatores deveriam ser adotados por todas e quaisquer instituições que baseiam-se no desenvolvimento de seu aluno em todos os aspectos. A Educação Física escolar deveria desafiar todas as capacidades cognitivas, psicomotores e afetivo-sociais de cada aluno. O profissional de Educação Física necessitaria de um conhecimento aprofundado sobre a maneira e como o aluno surdo desenvolve sua aprendizagem. Segundo Gorgatti (2008), a grande dificuldade para uma participação ativa dos alunos com surdez está na falta de conhecimento do professor em relação a deficiência, podendo acarretar danos a área motora destes alunos, pois a ausência de experiências corporais diferenciadas acabam provocando problemas de equilíbrio, alteração da marcha e dificuldade de ritmo. Um método de ensino não adequado a um aluno surdo pode desenvolver não só problemas nas aulas, mas sim, em todo o decorrer a sua vida adulta.

Desenvolver diferentes métodos de ensino capaz de abranger todas as áreas e todos os alunos deveria ser um processo corriqueiro de todo profissional da Educação Física.

A Educação Física escolar, quando ministrada por um profissional cujo seu método de ensino seja baseado no desenvolvimento da criança ou adolescente é de grande importância para o desenvolvimento social, emocional, cognitivo de alunos deficientes auditivos e surdos. Um profissional de Educação Física é capaz de explorar a criatividade dos alunos, proporcionar a eles atividades onde a expressão corporal, liberdade de movimentos, vitórias e derrotas sejam vivenciadas, tornando assim, uma aula prática muito mais prazerosa para um aluno surdo ou deficiente auditivo pois, aulas onde o movimento e os recursos visuais são priorizados, onde a fala ou audição não são critérios de excelência, pode influenciar significativamente na vida social desse aluno. Não há nenhuma restrição entre o/um aluno surdo com um aluno ouvinte na prática de exercícios físicos, o desenvolvimento motor de crianças surdas costuma seguir os padrões da normalidade, não havendo por tanto, nenhuma restrição a prática de educação física. (RODRIGUES, NOCHI et.al 2007)

Mesmo com a afirmação dos autores citados acima, observamos que muitos alunos com surdez não participam da aula de Educação Física, seja por limitações impostas por ele próprio e/ou meio, ou mesmo por acomodação do professor da área que, desconhecendo as capacidades do aluno na prática de exercício física, não busca informações e/ou estratégias para incluir esse aluno nas aulas.

No caso das pessoas com surdez a sua via de comunicação é a espaço-visual, então, torna-se necessário que o professor pense em estratégias de ensino que utilizem mais as informações visuais nas aulas, pois, é através desta modalidade linguística (espaço-visual) que se dá o processo de aprendizagem do sujeito com surdez e a formação de sua concepção de mundo (ALVES, 2013, *apud* SANTOS et al., 2010, p.200)

Buscar estratégias, reconhecendo que durante a aula, seria importante a exploração dos recursos visuais, movimentos corporais e a presença do interprete de Libras, é sem dúvida encontrar meios para a compreensão e aprendizagem do aluno com surdez.

6. Considerações Finais

A partir das referências bibliográficas pôde-se compreender que, o povo surdo, desde seus primórdios encontram dificuldades para serem aceitos na sociedade, sem que sejam limitados por sua deficiência e mesmo que, nos dias atuais existam leis para resguardar seus direitos, isso não é o suficiente para contornar problemas, ainda no campo da educação.

E em relação à Educação Física observou-se que, vai muito além do que apenas ensinar atividades físicas, é na realidade uma aula de interação e pode ser considerada de verdadeira inclusão, pois é uma disciplina capaz de atravessar a barreira que o preconceito e a discriminação possa impor, desde que, o profissional encarregado de exercer essa função esteja em constante formação e disposto a entender as especificidades dos seus alunos.

Portanto, considerou-se ao final deste artigo que, ao discorrer sobre questões relevantes, analisando a história do povo surdo e sua educação até os conceitos mais atuais que, a Educação Física, dentro do âmbito do ambiente educacional e como disciplina de interação entre pares e grupos, é capaz de desenvolver no aluno surdo autonomia e segurança necessária, desde que, para isso, o profissional da área entenda que o aluno com surdez é capaz de integrar-se nas mesmas atividades que os demais e compreenda que a sua diferença é linguística, e que isso não o torna um indivíduo diferente.

Referencias

ALVES, T. et al. **Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar**. Revista Eletrônica de Educação. [on-line]. V. 7 , n. 3 , p. 192-204.2013. Disponível em <<http://www.reveduc.ufscar.br>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BETTI, M; ZULIANI, L. R. **Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas**. 2002

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. Aspectos **históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes**. In Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 5.ed. Papyrus Editora, 2002.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso 27 de outubro de 2018.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso 27 de outubro de 2018.

_____. Lei n. 12.319, de 01 de setembro de 2010. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso 27 de outubro de 2018.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. C. **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2002.

CHOI, D. et al.; CUNHA, M. C. da (Org). **Libras: conhecimento além dos sinais**. São Paulo: Pearson, 2011.

DINIZ, H. G. **A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras)**[dissertação] : um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais / Heloíse Gripp Diniz ; orientador, Tarcísio de Arantes Leite. - Florianópolis, SC, 2010.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo; Parábola editorial, 2009.

GOLDFELD, M. **A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista**. São Paulo: Plexas, 2002.

GORGATTI, M. G. et al. **Tendência competitiva no esporte adaptado**. Arquivos Sanny de Pesquisa e Saúde, v.18, n.1, p.18-25, 2008.

MEIRIEU, P. **O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A.(Coord.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

OLIVEIRA A. L. **Fundamentos Históricos, Biológicos e legais da Surdez**. Curitiba, IESDE Brasil S.A. 2011

PERLIN, G. T. T. Identidades surdas. In: (Org.) SKILIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, R. M. **Aquisição da linguagem por crianças surdas**. In: Brito, L. F. et. (Especial Língua Brasileira de Sinais. V. 2 Brasília: MEC/SEESP, 1997. (Série Atualidades Pedagógicas, 4)

RODRIGUES, A. C. M; NOCCHI, N; RODRIGUES, A. L. M de. **Desenvolvimento das possibilidades corporais do aluno surdo**. 2007. Disponível em: <<http://colaboradorahttp://www2ufprgs.br.pdf>>. Acessado em 12 de nov. 2018.

STROBEL, K. **História da Educação dos Surdos**. Florianópolis, 2009

WRIGLEY, O. **The Politics of Deafness**. Washington D.C.: Gallaudet University Press, 1996. Tradução do original inglês: Pedro Henrique Witchs.